BREVES COMENTARIOS A RESPEITO DOS IMPACTOS NORMATIVOS DA LEI 13.546/2017 - HOMICÍDIO CULPOSO

José Vitor de Araújo Biagi, Marcia Lucchino Ferreira, Luciana Claudia Silva Lima, Fabio Ferreira Morong

Universidade do Oeste Paulista-UNOESTE, Direito, Presidente Prudente – SP. E-mail: vitoraraujo_3@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender as modificações legais incluídas no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei Federal n. 13.546 de dezembro de 2017, especificamente ao Código de Transito Brasileiro, regulado pela Lei Federal nº 9.053/1997. O estudo originou-se pelo anseio de analisar os possíveis impactos decorrentes da inclusão da forma qualificada ao crime de Homicídio Culposo na Condução de Veículo Automotor, sendo tal qualificadora decorrente da ingestão de álcool ou substancias análogas, nos termos do §3º do Artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro. O método aplicado foi o dedutivo legal com a análise da doutrina, legislação nacional e jurisprudência pertinente ao tema. Conclui-se que, ainda que mais severa a pena cominada a estes infratores, é possível existir uma sensação de impunidade a ser experimentada pela sociedade, sendo que, observadas as particularidades do ordenamento jurídico, dificilmente o condutor infrator, salvo casos de reincidência, cumprirá a pena em regime inicial fechado.

Palavra-Chave: *Crimes de Trânsito, Lei 13.546/2017, Código de Transito Brasileiro, Homicídio Culposo, Forma Qualificada*

BRIEF COMMENTS ABOUT THE REGULATORY IMPACTS OF THE 13.546/2017 FEDERAL LAW - MANSLAUGHTER

ABSTRACT

This study aims to understand the legal modifications included on the brazilian legal order by the Federal Law nº 13.546 of december 2017, specifically to the Brazilian Transit Code, regulated by the Federal Law nº 9.053/1997. The study was originated by the yearning to analyze the possible impacts arising from the inclusion of the qualified form of the manslaughter crime during the driving of a motor vehicle, due alcohol or analogous substances intake, in the terms of the §3º article 302 of the Brazilian Transit Code. The legal deduction method was applied along with the doctrinal analysis, national legislation and the jurisprudence relevant to the case. It is concluded that, even with a severe penalty applied to those defaulter, it is possible to exist a feel of impunity in the community, particularities aside, hardly the offender driver will face a closed penalty.

Keywords: Traffic crimes, Law 13.546/2017, Brazilian Transit Code, Manslaughter, Qualified Form.

INTRODUÇÃO

O estudo originou-se pelo anseio de analisar os possíveis impactos decorrentes da inclusão da forma qualificada ao crime de Homicídio Culposo na Condução de Veículo Automotor, sendo tal qualificadora decorrente da ingestão de álcool ou substâncias análogas, nos termos do §3º do Artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro.

O trabalho proposto compreende uma análise da mais recente alteração ao Código de Trânsito Brasileiro, implementado pela Lei Federal nº 13.546, de dezembro de 2017, a qual teve sua efetiva vigência em 19 de abril de 2018, alterando assim, dentre outros, o já citado artigo 302, que trata de Homicídio Culposo na condução de veículo automotor.

Busca-se realizar um breve comparativo entre a antiga norma e sua reforma, no tangente a inclusão de sua qualificadora tipificada pela ingestão de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

Ainda, o estudo analisar as possíveis punições aplicáveis quanto à óptica mais severa que o legislador passou a tratar esta infração, e sua eficácia no controle inibitório do ato infracional tratado pela forma mais gravosa.

O presente trabalho tem por objetivo compreender as modificações legais incluídas no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei Federal n. 13.546/17, especificamente ao Código de Transito Brasileiro, regulado pela Lei Federal nº 9.053/1997.

METODOLOGIA

Para elaboração do presente trabalho utilizou-se da metodologia da pesquisa bibliográfica, utilizando materiais como doutrinas, legislação nacional e jurisprudências, que são pertinentes para o objeto em estudo. O método dedutivo também fora utilizado para sistematizar os dados coletados a fim de cumprir o objetivo proposto.

DA COMPARAÇÃO DO TIPO PENAL

A sessão II do Capítulo XIV do Código de Trânsito Brasileiro trata das espécies de crimes de trânsito, estando presente em seu corpo, precisamente no artigo 302, o crime de Homicídio Culposo, quando praticado na condução de veículo automotor.

O artigo 302 Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL,1997) prescreve que:

Art. 302: Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor: Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. **§ 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência. (Incluído pela Lei nº 13.546/2017)** Penas - reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Com efeito, quanto à reforma da norma regulamentadora ora objeto de estudo, nota-se que, houve a inclusão da forma qualificada através do §3º, tipificada pela ingestão de álcool ou outra substância psicoativa que determine a dependência do condutor, promovendo a pena de reclusão, de cinco a oito anos, além da suspensão ou proibição do direito de se obter habilitação para dirigir, ao passo que, anteriormente à reforma supramencionada, a pena cabível para este delito era detenção, de dois a quatro anos e suspensão ou proibição do direito de dirigir.

Observa-se que pelo novo texto legal, o legislador estabeleceu a possibilidade de iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.

Nesse pensamento, segundo Carvalho (2015, p. 466):

“O próprio *caput* do art. 33 estabelece a diferença entre reclusão e detenção. A reclusão admitiria como regime inicial de cumprimento da pena as três modalidades previstas no código, ou seja, regimes fechados, semiaberto e aberto. A detenção, por ser uma espécie

de pena cabível em delitos de menor gravidade, comportaria apenas o regime semiaberto e aberto.”

Tem-se então, como ponto de diferença, que a pena de reclusão pode ter início no regime fechado, enquanto a pena de detenção apenas no semiaberto ou aberto, deixando implícita a intenção punitiva mais rigorosa com que o legislador observa este determinado ato lesivo.

Ainda, segundo Carvalho (2015, p. 468), “o Código Penal, prevê a aplicação do regime fechado quando o julgador, ao realizar a dosimetria, fixar pena superior a 8 (oito) anos (art. 33, §2º, a)”.

Nesse aspecto, surge diante de presente compreensão doutrinária e legal que, a imposição da pena em seu caráter mais rígido admitido pela reclusão não seria possível, já que, observada citação doutrinária, tal modalidade seria inerente a dosimetria que fixar pena superior a oito anos, evidenciando um contraponto ímprobo a pena fixada pela qualificadora, sendo esta de cinco a oito anos, salvo caso de reincidência.

CAUSA DO AUMENTO DE PENA

A agravante em detrimento do consumo de álcool ou substância análoga a esta, promovido pelo advento do ato normativo objeto desse estudo, que trata de forma mais contundente o ato delinquente, haja vista que, anterior a referido advento, o crime de homicídio culposo, retratado pelo artigo 302 do CTB, não obtinha qualquer preceito de crime quanto à tipificação de ingestão destas substâncias.

Ocorriam apenas as punições na esfera administrativa e, quando caracterizado o dolo eventual ultrapassava as margens do CTB, não amparado pelo legislador como crime de trânsito, mas recebendo a contraprestação punitiva pelas diretrizes do Código Penal e de Processo Penal.

Por quanto, a simples ingestão de álcool ou drogas não caracteriza em suma o dolo eventual, como balizam Capez e Gonçalves (2015, p. 43):

“Com efeito, o Supremo Tribunal Federal já definiu que nem todo homicídio decorrente de condução de veículo por pessoa embriagada constitui homicídio sem dolo eventual, o que só ocorreria com situações extremas: pessoa em estado de embriaguez muito avançada (Que nem sequer consegue permanecer em pé).”

Em tese, o crime de homicídio culposo quanto da condução de veículo automotor sob o efeito de álcool ou outras substâncias entorpecentes não se modula com o instituto do dolo eventual, deixando uma lacuna no ordenamento provido pelo Código de Trânsito Brasileiro e inviabilizando as pretensões punitivas.

O entendimento Jurisprudencial consolidado era de que, em pertinência ao homicídio culposo na condução de automotor e, havendo ainda a ingestão de álcool ou outra substância que determine dependência, não cabia o concurso material de crimes e sim a absorção do delito de embriaguez ao volante pelo crime de homicídio culposo pela condução de automotor, por quanto, observado o caráter mais grave deste. Nesse sentido, verifica-se a decisão jurisprudencial aplicada pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Nelson Fonseca Jr., na decisão a seguir:

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo, 1ª Câmara Criminal Extraordinária TJ-SP. Apelação nº: 0002283-68.2010.8.26.0673. SP. Ementa: CRIMES DE TRÂNSITO - HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR E EMBRIAGUEZ AO VOLANTE - Autoria e materialidade delitivas demonstradas - Confissão judicial parcial - Absorção do crime de embriaguez (delito de perigo) pelo homicídio (crime de dano) - Princípio da consunção - Absolvição - Condenação mantida somente pelo homicídio culposo. PENA E REGIME PRISIONAL - Redução da pena-base - Necessidade - Substituição da pena corporal por uma restritiva de direitos, mais multa, eleito o regime inicial aberto na hipótese de conversão da benesse - Diminuição do prazo da suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor - Fixação desse prazo que deve ser proporcional à pena

principal - Recurso parcialmente provido. Relator: Nelson Fonseca Junior. Data de Julgamento: 25/06/2015, 1ª Câmara Criminal Extraordinária, Data de Publicação: 30/06/2015).

Assim, nota-se que, ainda que o condutor trafegasse sob o efeito entorpecente e, por conta disso, ocasionasse acidente de trânsito tendo como consequência a morte de terceiro, tal crime não encontrava abrigo no Código de Trânsito Brasileiro.

DOS IMPACTOS NORMATIVOS

Com efeito, de fato verifica-se a severidade com que o legislador tem tratado este tema, de uma maneira geral, quanto à combinação álcool e direção. De outro lado, deve-se apenas, para tal percepção, observar as transformações normativas implementadas ao Código de Trânsito Brasileiro desde sua promulgação.

Por sua vez, em relação à cominação das penas descritas no referido texto legal, nota-se que, como consequência a essa severidade impetrada pelo legislador e, sob a óptica do Código de Processo Penal, mais especificamente ao instituto da Prisão em Flagrante, observando que a pena do tipo objetivo descrito no artigo é superior a quatro anos a fiança não mais poderá ser imposta pela autoridade policial, devendo agora ser encaminhada ao juiz competente que, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas poderá decidir sobre o arbitramento ou não da fiança.

Assim trata o Código de Processo Penal (BRASIL, 1941):

Art. 322, CPP: A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

Parágrafo Único: Nos demais casos a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas.

Inerente a este aspecto, Marcão (2016, p. 1076) enleva o seguinte:

“Também caberá ao juiz a fixação da fiança naqueles casos que extrapolam a alçada da autoridade policial – pena cominada superior a quatro anos. Apresentado o pedido, sobre ele o juiz deverá decidir em 48 horas, conforme regra contida no parágrafo único do art. 322 do CPP.”

Destarte, fica claro que o processo tornou-se mais dificultoso quanto do ponto de vista do infrator, sendo que, deverá aguardar por até 48 (quarenta e oito) horas recluso, a decisão do magistrado, que poderá ou não estabelecer fiança.

No entanto, atentando-se ao disposto no artigo 301 do mesmo código, havendo o pronto e integral socorro provido pelo condutor infrator, não será imposta a ele a prisão em flagrante, tampouco será exigida fiança.

Tal dispositivo normativo é provido pelo legislador no intuito de tutelar o bem jurídico que, em detrimento a infração ora causada, está em risco, sendo este a vida.

Assim explica Capez e Gonçalves (2015, p. 31 e 32):

“Acontece que, visando estimular o socorro às vítimas, o legislador veda a efetivação da prisão em flagrante, bem como dispensa a fiança àquele condutor de veículo envolvido em acidente que venha a prestar imediato e completo socorro a vítima.”

Há de se ressaltar que tal texto legal não faz qualquer referência ao efetivo socorro, não importando portando, portanto, o resultado, ou o fato da vítima já estar falecida.

É sabido, ainda, que crimes de natureza culposa são passíveis de substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direito, estando o transgressor de crime de homicídio culposo praticado na condução de veículo automotor resguardado pelas benesses que traz o artigo 44 do Código Penal, como sucinta Capez e Gonçalves (2015, p. 18):

“De acordo com o Código Penal, tal pena tem caráter substitutivo da pena privativa de liberdade imposta na sentença (CP, art. 44) pelo mesmo tempo de duração desta (CP, art. 55) e é aplicável aos delitos culposos de trânsito (CP, art. 57).”

Portanto, o agente causador de fato crime amparado pela natureza culposa da ação, tem total competência para ensejar a substituição de crimes, podendo, sem o desrespeito da agravante qualificada, gozar das benesses que trata o inciso I do art. 44 do Código Penal Brasileiro.

CONCLUSÃO

Destarte, de fato, é possível identificar a preocupação do legislador quanto às políticas de contenção e represálias direcionadas ao condutor infrator, e que, convalescendo ao apreço popular, busca conscientizá-los quanto aos riscos e perigos da segurança pública, advindas da ingestão de substâncias que causam dependência combinadas com a condução de veículo automotor.

A forma adotada para atingir o sucesso esperado foi a majoração da pena imposta aqueles condutores que causam o efeito morte em terceiros e ainda, sob o efeito de substância entorpecente. Salienta-se que, devido ao pouco tempo de vigência da lei é cedo para identificar os aspectos positivos e negativos do referido ato normativo, de maneira que, faz-se necessário um lapso temporal mais extenso para que sejam avaliados com maior sensatez os argumentos propostos e seus resultados.

No entanto, ainda que mais severa a pena cominada a estes infratores, existe a possibilidade da existência de uma sensação de impunidade a ser experimentada pela sociedade, sendo que, observadas as particularidades do ordenamento jurídico, dificilmente o condutor infrator, salvo casos de reincidência, cumprirá a pena em regime inicial fechado.

REFERÊNCIAS

BIAGI, J.V.A. Impactos normativos e práticos da lei 13.546/2017. p. 49. Trabalho Acadêmico, Direito Penal - Curso de Direito. Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 2.848, DE 07 DE dezembro DE 1940. **Código Penal**, Brasília,DF, fev 1991. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 15 ago. 2018

BRASIL. DECRETO Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941. **Código de Processo Penal**, Brasília,DF, jan 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-LEI/Del3689.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018

BRASIL, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 24 set. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503Compilado.htm>. Acesso em 11 ago. 2018

BRASIL, Lei nº 13.546 de 19 de dezembro de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13546.htm>. Acesso em 11 ago. 2018.

CAPEZ, Fernando; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Aspectos criminais do código de trânsito brasileiro. 3ª ed. São Paulo – SP: Saraiva, 2015.

CARVALHO, Salo de. Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro. 2ª ed. São Paulo – SP: Saraiva, 2015.

CESPEDES, Livia; ROCHA, Fabiana Dias da. Vade mecum saraiva OAB. 14ª ed. São Paulo – SP: Saraiva, 2018.

MARCÃO, Renato. Código de processo penal comentado. São Paulo – SP: Saraiva, 2016. p. 1076.

MARINARI, Fábio. Crimes de trânsito. Disponível em: <https://marinari.jusbrasil.com.br/artigos/544801119/crimes-de-transito?ref=serp>. Acesso em: 31 de jul. 2018

MATOS, Fabrícia de. Crimes de trânsito e a vedação da prisão em flagrante quando há prestação de socorro a vítima. Disponível em: <https://fabriciamatosadv.jusbrasil.com.br/artigos/607157287/crimes-de-transito-e-a-vedacao-da-prisao-em-flagrante-quando-ha-prestacao-de-socorro-a-vitima?ref=serp>. Acesso em: 07 de ago. 2018.

MOLETA, Paulo. A origem do trânsito e do CTB. Disponível em: <https://paulocwb.jusbrasil.com.br/artigos/206526711/a-origem-do-transito-e-do-ctb>. Acesso em: 30 de abr. 2018

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo, 1ª Câmara Criminal Extraordinária TJ-SP. Apelação nº: 0002283-68.2010.8.26.0673. SP. Ementa: - Autoria e materialidade delitivas demonstradas - Confissão judicial parcial - Absorção do crime de embriaguez (delito de perigo) pelo homicídio (crime de dano) - Princípio da consunção - Absolvição - Condenação mantida somente pelo homicídio culposo. Relator: Nelson Fonseca Junior. Data de Julgamento: 25/06/2015, Data de Publicação: 30/06/2015. Disponível em: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/204212240/apelacao-apl-22836820108260673-sp-0002283-6820108260673?ref=serp> Acesso em: 08 de ago. 2018.